



Incursões do livro brasileiro: Ribeiro Couto e a diplomacia literária com Portugal e Cabo Verde¹

Incursions of the Brazilian Book: Ribeiro Couto and the Literary Diplomacy with Portugal and Cape Verde

Bruna Carolina de Almeida Pinto

Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo / Brasil

brunespassis@yahoo.com.br

Resumo: O diálogo epistolar de Ribeiro Couto com intelectuais brasileiros, portugueses e cabo-verdianos registrado entre os anos de 1920, período de sua mudança para Portugal, a 1963, ano de sua morte, revela a atmosfera de um importante momento da história das relações intelectuais e literárias no âmbito da língua portuguesa. Inserido no Movimento Modernista brasileiro, Couto se posicionou ativamente e na linha de frente da divulgação internacional das “novas” obras nacionalistas produzidas no Brasil a partir dos anos 1920, encarando-a como uma missão pessoal e um projeto complementar ao processo de autonomização modernista. O objetivo deste artigo é apontar o modo pelo qual Couto, valendo-se de sua posição diplomática no âmbito internacional, procurou promover diálogos, parcerias, reflexões e até articular colaboradores para a tarefa de introduzir ou projetar os novos escritores brasileiros e suas obras em outros contextos culturais.

Palavras-chave: literatura brasileira; epistolografia; história intelectual; modernismo.

Abstract: The epistolary dialogue of Ribeiro Couto with Brazilian, Portuguese and Cape Verdean intellectuals reveals the atmosphere of an important moment in the history of intellectual and literary relations of the Portuguese language. This dialogue was recorded between the 1920s, when Ribeiro Couto began to live in Portugal, and 1963,

¹ Este artigo é resultado de pesquisa de doutorado financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – Processo nº 2014/12385-7

the year of his death. As a member of the Brazilian Modernist Movement, Couto was productive and in the front line of the international dissemination of “new” nationalist writings produced in Brazil since the 1920s. The author faced it as a personal mission and a complementary project in the process of modernist autonomization. The purpose of this article is to indentify how Couto, using his diplomatic position in the international arena, sought to foster dialogues, partnerships and reflections. Moreover, his initiative even contributed to gather collaborators for the task of both introducing and projecting new Brazilian writers and their works into other cultural contexts.

Keywords: Brazilian literature; epistolography; intelectual history; modernism.

Um livro é uma força em marcha. Está melhor quando passa de mão em mão, do que quando dorme o sono egoístico das bibliotecas.

(Ribeiro Couto)

Os anos 1930 viram surgir no Brasil uma nova e intensa forma de interação entre o intelectual e o Estado. Por meio de um processo de cooperação que consistia em unir à revolução literária uma ideia de revolução política (VELLOSO, 1987, p. 43), o Estado Novo “recrutava” intelectuais, que se filiavam de alguma forma (provisória ou permanentemente) ao funcionalismo público, com o intuito de integrar discursos de modernização do país e modificar as suas relações políticas, culturais e sociais internas e externas através da veiculação de uma nova doutrina nacional e popular. Decorre daí também a aproximação entre intelectuais e a classe dirigente no Brasil, tese defendida por Sérgio Miceli, em *Intelectuais à brasileira* (2001), sob um ponto de vista sociológico e fundamentalmente biográfico que analisa a inserção e reconstrói os condicionamentos que acabaram por determinar a falta de autonomia e a marginalização da atividade intelectual no Brasil.

Sem adentrar, entretanto, na problemática que essa relação suscita no que diz respeito à dependência que o intelectual nessas condições contrai, o intuito deste artigo é discutir a especificidade do papel que o intelectual modernista se dispôs a desempenhar em prol da cultura nacional na conjuntura das negociações culturais junto à comunidade internacional. Também não faz sentido abordar aqui as dissonâncias

estéticas e partidárias existentes entre os diversos escritores brasileiros que de alguma forma se aliaram ao Estado, uma vez que o assunto de que trataremos remete a uma necessidade maior e comum a todas as obras empenhadas em construir retratos do país: a sua ampla divulgação que, pode-se dizer, em alguns momentos foi um elemento apaziguador de diferenças ideológicas.

Mediante o espírito de reformulação que guiou os intelectuais modernistas, incentivando-os a pensarem a questão cultural sob novos parâmetros, o campo epistolográfico é difuso e propício para ilustrar o diálogo em questão, não só porque permite o afloramento da individualidade e dos anseios pessoais dos escritores, mas também porque ajuda a compreender a atmosfera na qual se manifestaram essas relações que configuraram um importante circuito para as obras brasileiras.

Sendo assim, nos debruçamos sobre a correspondência de Ribeiro Couto (1898-1963), um importante intelectual modernista que passou grande parte de sua vida no meio europeu, mas manteve mesmo assim um incansável interesse pelas letras, pela cultura e pela vida intelectual brasileira. A sua atuação no cenário internacional se dá, sobretudo, a partir de sua estada em Portugal, no final dos anos 1920, quando Couto trava contato com a intelectualidade portuguesa e, exercendo funções no âmbito diplomático, tem a oportunidade de conhecer tanto consagrados nomes das letras como os jovens escritores da geração de então, à qual pertencia José Osório de Oliveira.

A relação de Couto com este escritor português será longa, controversa e marcada por um projeto cultural inovador, que envolve Portugal, Brasil e Cabo Verde. Portanto, a abordagem desse registro epistolar, até agora insuficientemente explorado, visa contribuir documentalmente para os estudos de literatura comparada entre esses países.

O material catalogado pela Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ) se divide entre escritos públicos e privados, e a seleção aqui apresentada visa ilustrar os fluxos textuais e de ideias que permitam observar as especificidades e o caráter de uma formulação discursiva que serviu de respaldo à concepção de uma moderna e importante rede de escritores,

imaginada e construída por esses intermediadores que se situaram na intersecção do processo de reavaliação dos valores e modelos literários e culturais do período.

1 *Boom* editorial e divulgação da literatura brasileira

Não é difícil identificar entre os principais anseios dos intelectuais envolvidos no projeto modernista de 1922 a divulgação do discurso construído pela vanguarda brasileira e da arte dele derivada junto à intelectualidade europeia. Com uma conferência proferida na Sorbone em 1923 (*O esforço intelectual do Brasil contemporâneo*), Oswald de Andrade situa-se claramente como um aspirante a “exportador”. Mais tarde, em 1925, ele propõe o seu metafórico “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” como um produto para ser consumido lá fora. Três anos depois, incrementa essa proposta com a publicação de outro manifesto: o “Antropofágico”, desta vez, proclamando a seus interlocutores sobre o direito contraventor de apropriar-se do outro. Pode-se dizer que essa postura já situava o intelectual brasileiro moderno frente às artes e às culturas de um modo mais flexível e dinâmico, redirecionando o Brasil para o exercício de uma ação catalisadora e exportadora de ideias e novos conceitos literários e culturais.

Deve-se ressaltar, entretanto, que não se deve conceber a divulgação da literatura brasileira no exterior sem reconhecer que isso só foi possível em virtude desses intelectuais pertencerem a uma posição social e econômica privilegiada, ligada, como no caso de Oswald de Andrade, à elite cafeeira paulista que possibilitava suas viagens de longa estada e garantia suas participações em eventos artísticos europeus. Além disso, a educação afrancesada das classes mais abastadas passava a ser vista como uma via de mão dupla a, paradoxalmente, amparar o caminho da autoafirmação de uma intelectualidade que se pretendia legitimamente brasileira.

Entretanto, as condições para isso só se estabeleceram ampla e efetivamente com a implementação de um campo editorial no Brasil, que propiciou melhores condições à publicação de obras nacionais e também favoreceu a sua circulação no meio nacional e internacional. Em *O livro no Brasil: sua história* (2005), Laurence Hallewell analisa as circunstâncias que determinaram o desenvolvimento de um sistema mercadológico voltado para o livro nacional, associando a sua plena

expansão ao processo de politização empreendido pela ficção do início do século XX e ressaltando a implicância mútua dessa relação. A necessidade de implantar editoras nacionais derivou, segundo Hallewell, da conjuntura mundial dos anos 1920-1930. A Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929 haviam contribuído para o encarecimento dos produtos e bens culturais importados no Brasil. Operou-se com isso uma carência que levou, de um modo geral, à valorização do produto industrial brasileiro em relação ao importado. Mas, de maneira especial, o livro nacional ocupou um lugar de destaque nessa substituição de referências:

entre 1930 e 1937, o produto industrial brasileiro deu um salto de quase 50%. Mas o crescimento de edição de livros foi fenomenal, mesmo em relação a essa situação geral. As cifras relativas a São Paulo (as únicas de que dispomos) sugerem uma taxa de crescimento, na produção de livros, entre 1930 e 1936, de mais de 600%! [...]. Ninguém na época punha em dúvida uma realidade: a de que surgiria praticamente do nada, no período que se seguiria à revolução, uma indústria editorial brasileira, viável (HALLEWELL, 2005, p. 422).

O comércio do livro despontou possibilidades e ampliou o campo de profissionalização do escritor e de outras ocupações ligadas aos setores de produção e circulação do livro. Com sua percepção do gosto literário do público e seu aguçado senso de empreendedorismo, José Olympio conseguiu edificar o maior projeto de nacionalização editorial, se tornando “o editor literário mais importante do Brasil e o nome mais prestigioso no negócio livreiro do país” (HALLEWELL, 2005, p. 432). Com isso, acabou promovendo uma mudança na perspectiva de consumo do livro importado para o livro nacional junto ao público brasileiro. Sob esse aspecto, a Livraria José Olympio Editora se torna um contraponto da Casa Garraux, principal casa de importação de livros e artigos importados de São Paulo, o estabelecimento onde José Olympio aprendera o seu ofício.

Nesse cenário, ressalta-se o desenvolvimento de uma conjuntura favorável à aceitação de artigos nacionais, que se inicia com um movimento de mercado e demarca um processo de nacionalização dos bens culturais e sua gradativa absorção junto ao exíguo público letrado que transforma a relação dos brasileiros com o livro nacional em amplas escalas.

Pode-se dizer, além disso, que o empreendimento editorial de José Olympio constituiu um marco não apenas na história do livro brasileiro, mas também na história das relações intelectuais, uma vez que promoveu um fluxo de escritores e de obras que fez de sua “casa” um ponto de convergência dos novos pensadores brasileiros, de um modo que jamais se repetiu. O ambiente amistoso de trocas que congregou personalidades de diversas posições ideológicas, em um período no qual a renovação e a descoberta do país estavam em pauta, alimentou os espíritos dos escritores brasileiros dentro de uma certa comunhão. A amizade (tal como tratada por Gustavo Sorá em “A arte da amizade: José Olympio, o campo do poder e a publicação de livros autenticamente brasileiros” (2011)), tornara-se símbolo e ferramenta necessária à expansão do novo pensamento em sua pluralidade.

É nessa circunstância que situamos o desejo e o esforço de divulgação empreendido por Ribeiro Couto, autor que integrou o seleto rol de autores da Livraria José Olympio Editora e viveu o clima de efervescência cultural que conformou a produção literária e as relações intelectuais dos anos 1920, 1930 e 1940.

2 Diplomacia e letras

A maior oferta de obras brasileiras no mercado nacional favoreceu também a sua divulgação internacional. Nesse prisma, a língua portuguesa atuou como uma importante ferramenta intermediadora, sobretudo, entre intelectuais brasileiros e portugueses. Esse diálogo de teor claramente ideológico, uma vez que perpassado pela questão colonial, tinha pretensões contestatárias e de autoafirmação. Em suma, a necessidade de declarar sua grandeza (e tê-la reconhecida pelos portugueses) conformou um novo trânsito de bens culturais entre Brasil e Portugal, que foi essencial à divulgação do nacionalismo brasileiro e suas novas interpretações culturais. Ao acolher as obras modernistas, a academia lisboeta investe na criação de uma cadeira universitária dedicada ao ensino das letras brasileiras na tradicional Faculdade de Letras de Lisboa (SARAIVA, 2004, p. 41-42).

A relação de Ribeiro Couto com escritores portugueses, além de homens ligados à política e interessados na diplomacia dos dois países, no período em que exerceu cargos diplomáticos em Portugal e em outros países europeus, foi primordial para estabelecer os caminhos de uma

efetiva difusão. Em Portugal, Couto estabelece uma importante parceria com José Osório de Oliveira que, na posição de crítico, desempenhou no decorrer das décadas de 1920, 1930 e 1940 uma importante e intensa divulgação da “nova” literatura brasileira. Como pontua Arnaldo Saraiva:

não há dúvida de que José Osório, juntamente com Ribeiro Couto, que no final da década de 1920 esteve em Portugal, e com Adolfo Casais Monteiro, foi o grande responsável pela popularização que a literatura brasileira moderna conheceria em Portugal nas décadas seguintes (SARAIVA, 2004, p. 40).

Inúmeras referências a essa tarefa de difusão podem ser encontradas tanto no diálogo epistolar que Couto manteve com outros escritores quanto em artigos publicados em jornais, como *A Província e Jornal do Brasil*. No artigo intitulado “O instinto do Brasil”, de 10 de fevereiro de 1929, Couto manifesta o seu “estado de permanente vigília”, que ele considera próprio do espírito modernista. Alguns meses depois dessa publicação, expressa sua intercessão por meio da publicação do artigo “Irradiação da literatura brasileira” no jornal *A Província* (FCRB – Acervo de Recortes RC),² de 5 de setembro de 1929, no qual, entre outras coisas, defende a necessidade de encontrar representantes críticos que elessem, no estrangeiro, obras brasileiras representativas do ponto de vista cultural e estético; e continua sua missão por meio da coluna mantida no *Jornal do Brasil*: Projeção literária do Brasil no estrangeiro.

A sua correspondência pessoal, assim como esses textos de jornais e revistas, reflete a sua preocupação, como escritor de uma geração revolucionária, para com a urgência da divulgação do que então se produzia de novo no Brasil.

Apontadas essas particularidades, explicam-se, pois, os motivos de sua trajetória pessoal tornar-se relevante para a documentação desse trânsito: o seu empenho em se ocupar de questões brasileiras mesmo residindo no exterior e seu interesse em promover uma verdadeira aproximação diplomática, não apenas em termos políticos, mas também

² Os documentos pessoais de Ribeiro Couto, catalogados pela Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e utilizados neste texto, estão divididos entre correspondências (identificados no acervo pela sigla CP) e recortes de jornais e revistas da época (RC). A maior parte desses documentos não é enumerada, no entanto, em alguns há numeração. Nestes casos, ela consta na citação logo após a sigla de identificação.

literários, culturais e linguísticos, entre Brasil, Portugal e, também como veremos, Cabo Verde (que recebe a designação genérica de “nação portuguesa”, de acordo com o conceito corrente da época de que Portugal era uma nação além-mar), e que já tinha importantes representantes do que se poderia chamar de uma literatura protonacionalista. É interessante notar que a sua postura de divulgador não está estritamente ligada ao Brasil, mas também a outras literaturas que em sua concepção deveriam interessar ao escritor brasileiro moderno:

O artigo que publiquei quinta-feira passada, nestas colunas, sobre “Destino e poesia de Cabo Verde”, despertou um interesse que muito me desvanece e mostra, principalmente, quanto andamos necessitados de um mais vivo contrato entre o pensamento novo português e o novo pensamento do Brasil. O tema do artigo foi o livro “Mornas”, do poeta cabo-verdiano Eugenio Tavares, que há pouco faleceu em Lisboa. Anunciei que possuía três exemplares – devidos à obsequiosidade de Osório de Oliveira, a cujos cuidados apareceu a obra, no editor J. Rodrigues & Comp. – e que daria dois, guardando o terceiro para mim, aos dois primeiros leitores que m’os pedissem. Ora, foram tantos os pedidos que em vez de dar os dois, dei os três. Sempre é grato dar um livro. E já que eu conhecia a obra, não era justo privar dele o leitor o numero três. Um livro é uma força em marcha. Está melhor quando passa de mão em mão, do que quando dorme o sono egoístico das bibliotecas. (FCRB – Acervo de Recortes RC).

A consonância de interesses pela divulgação da literatura cabo-verdiana parece estar no âmago da motivação que leva Couto a apoiar, em *Sentimento lusitano* (1961), a proposta feita por José Osório de Oliveira, em *Geografia literária* (1931), de intensificar os laços intelectuais e culturais entre portugueses, brasileiros e cabo-verdianos pela via da língua e da cultura, muito embora o discurso do escritor português ganhe um perigoso relevo nacionalista (para não dizer imperialista) em algumas passagens desse livro de ensaios, o que certamente pode ser atribuído à condição do intelectual como um aliado do Estado, uma vez que, além de escritor (atividade marginal), Osório de Oliveira compunha o quadro de funcionários coloniais, sendo de seu interesse manter boa relação com o governo vigente. Couto também parece muitas vezes beirar o discurso imperialista português, sem que seja possível saber se quem

fala é o diplomata ou o escritor que negocia o seu lugar de periferia a centro. Apesar disso, nos interessa frisar aqui tanto a postura de Osório como a de Couto em advogar em favor de um comunitarismo intelectual e cultural maior, que começasse por superar certo preconceito, sempre reinante, entre colonizador e colonizado.

3 Portugal

A interlocução de Couto com intelectuais e políticos portugueses, a exemplo de sua relação com o escritor e crítico José Osório de Oliveira e o estadista Antônio Oliveira Salazar, evidencia a cultura, a língua e a literatura como elementos centrais de uma negociação que visava reposicionar a imagem do Brasil dentro do circuito dessa comunidade. Uma das maiores preocupações do *zeitgeist* modernista brasileiro era o de construir uma autonomia baseada na afirmação cultural e linguística. É nesse princípio que Couto baseia sua difusão do modernismo brasileiro junto à comunidade internacional.

A parceria de Ribeiro Couto e Osório de Oliveira, apesar de ter sofrido alguns percalços por volta de 1934, atravessou décadas levando adiante o projeto de aproximar as literaturas portuguesa (incluam-se aí as africanas escritas em português) e brasileira. Por um lado, as preocupações de ambos os escritores (cujos laços sanguíneos e familiares sustentavam uma grande identificação para com as culturas desses países) estavam voltadas para o futuro das suas relações. Por outro, essa amizade tinha também interesses financeiros, dado que os jornais brasileiros da época, buscando ampliar as correspondências com o cenário nacional e internacional, pagavam bem aos seus correspondentes, oferecendo uma importante fonte de renda aos escritores.

Ao tecer contato com o escritor Ribeiro Couto, José Osório de Oliveira consegue estreitar relações também com outros escritores da literatura brasileira. Ele começa por enviar materiais literários e de crítica de Portugal, como a revista dirigida pelo seu irmão, João de Castro Osório, a *Descobrimento*; e a *Seara Nova*, para a qual contribuía.

A carta a seguir, dirigida a Couto, revela a sua intenção de desconstruir a imagem que o Brasil tinha a respeito de Portugal, e vice-versa, para que se estabelecesse entre os dois países laços de identificação e de cumplicidade. Para tanto, ele mostrava-se disposto a romper com

a relação, ainda corrente, de subjugação entre portugueses e brasileiros, manifestando entre estes o seu sentimento de incômodo:

O que eu mandei ao Alcantara Machado não foi o “Descobrimento”, foi a “Seara Nova” com a minha nota sobre o acordo ortográfico. À margem, escrevi duas palavras, dizendo que lhe enviava essa nota por indicação sua. Foi a isso que não recebi resposta, apesar de, segundo me parece, essa nota ter um interesse especial para ele, Alcantara Machado, visto reconhecer, até um certo ponto, os direitos linguísticos dos escritores paulistas. Isto, feito por um português, [que] tem um certo valor. Mas o que me magoa nos brasileiros é, precisamente, a indiferença pelo que pensam e sentem, acerca do Brasil, os portugueses. Compreendo o desprezo pelos que não fazem senão incensá-los, ou a raiva contra os que não se compenetraram ainda bem de que o Brasil não é colônia, isto é, que pretendem de qualquer forma, impor uma autoridade metropolitana, seja sobre a língua, seja sobre que for. Mas eu creio que a minha atitude está isenta dessas duas pechas (FCRB – Acervo de Correspondências RC-CP481).

Pouco a pouco, Osório de Oliveira vai encontrando seu lugar entre os escritores brasileiros, insistindo na necessidade de trocar contribuições por questões de divulgação e reciprocidade crítica. Enxergava nesse intercâmbio (autores e críticos brasileiros publicando em revistas portuguesas e autores e críticos portugueses publicando em revistas brasileiras) uma possibilidade de alargar a dimensão e o alcance da literatura e da crítica de ambos os países. Em carta de 1931, ele chega a pedir a Ribeiro Couto a sua intermediação para uma colaboração em jornal brasileiro:

Uma coisa: não seria possível arranjar uma correspondência ou uma colaboração para o “Jornal do Brasil” ou outro jornal do Rio ou de São Paulo? Não sei se sabe que o Estado português paga miseravelmente aos seus funcionários e que os editores portugueses, quando editam, não dão nada pelas edições. Ora eu tenho certa necessidade de ganhar dinheiro (é por isso, e não por gosto, que faço traduções) e lembrei-me de que poderia ganhar alguma coisa escrevendo para o Brasil. Repare que, sendo eu um dos mais fervorosos, senão o mais fervoroso e provado amigo do Brasil, não há cão nem gato português que não escreva para jornais brasileiros, enquanto que eu... (FCRB – Acervo de

Correspondência RC-CP481).

Os argumentos de José Osório, para além de manifestarem seu interesse em figurar no meio intelectual brasileiro – fosse por questões financeiras, por *status* ou em busca de reconhecimento pelo trabalho dedicado a ele –, revelam de fundo que a imprensa brasileira oferecia melhores condições à atuação do intelectual do que a portuguesa (sobretudo a um intelectual que parecia, a princípio, estar mais vinculado aos interesses de cá, do que aos de lá e também, certamente, devido à censura e à crise) e que, de fato, a tradução não era uma atividade rentável, mas a sua necessidade e o restrito campo profissional de atuação oferecido ao intelectual compelia os escritores a dedicarem-se também a ela, como forma de sobrevivência. Em outras cartas, Osório ainda lamenta a respeito das dificuldades de ser artista/escritor em Portugal, constatando a falta de condições necessárias, assim como de reconhecimento, ao exercício do ofício artístico e crítico.

A correspondência de Couto com António de Oliveira Salazar é constituída de cartões, bilhetes e telegramas, emitidos do Gabinete do Presidente (manuscritos e datilografados datados de 1944, 1945 e 1946), dos quais destacamos dois: o agradecimento pelo envio de *Cabocla* e suas considerações sobre a obra. Em ambos, Salazar se refere à linguagem empregada por Couto:

Ao Doutor Ribeiro Couto

Venho agradecer muito penhorado a oferta da *Cabocla* em primorosíssima edição. Já li uma porção de páginas e tenho gostado muito. Pena é que em geral os pronomes estejam fora do sítio e que alguns complementos de verbos não venham regidos pelas proposições habituais. Mas acabou-se: alguns dos seus compatriotas dizem que estão a fazer outra língua e bem pode ser que daqui a duzentos anos esses desvios de agora estejam legitimados pelo tempo. Muitos e afectuosos cumprimentos e mais uma vez os melhores agradecimentos pela sua gentileza. De V. Exa. com toda a consideração, Mto. at.º ven.ºr. e obr.º 18-1-1946 (a) Oliveira Salazar (FCRB – Acervo de Correspondência RC).

Apesar do agradecimento de Salazar à gentil oferta de *Cabocla* pelo seu próprio autor, o ditador não perde a oportunidade de tecer comentários com o fito de corrigir os “erros” gramaticais cometidos

contra o “bom” português. A alusão à instrumentalização literária de uma “outra língua”, isto é, a corrupção linguística do livro de Ribeiro Couto, assim como a de muitos outros escritores da época, soa como uma repreensão nas palavras de Salazar. Embora ele admita que esses desvios poderiam se tornar legítimos no curso do tempo, nessa carta ele superestima o tempo que isso levaria. A ortografia ainda é assunto central em outra missiva remetida por ele:

Ao Dr. Ribeiro Couto

Devolvo o telegrama do nosso Dr. Teotónio Pereira. Estimei saber que se considera cada vez mais feliz, decerto no exercício da função e nas relações com o Itamaraty e o Dr. João Neves. A mim queixa-se-me do imenso calor; e eu por minha conta acrescento à temperatura do ambiente e da imprensa que continua de respeito, ainda que um pouco melhor. Foi uma pena que o “Diário de Notícias” tenha omitido os elogios de ordem pessoal e no caso presente tão importantes. Tinha falado ao Ferro e chamado a atenção para que a paz entre os deuses da filosofia se revelava o único meio eficaz de termos o Vocabulário e com ele a prática da ortografia uniforme. Logo vi que se ia embarçar com uma frase da minha carta. Eu devo ter escrito pouco mais ou menos: os jornais vêm hoje (do verbo vir) todos do Brasil. Quero dizer, apresentam-se recheados de notícias do Brasil, não falam senão do Brasil, não parecem saber de mais nada senão do [que] respeita ao Brasil, tomaram todos o gesto, a paixão, o partido do Brasil. Eu talvez devesse ter evitado a construção para um brasileiro que escreveu a Cabocla com pronomes respectivamente fora do lugar. Com a maior consideração, de V. Exa. Mto. atº. venº. e grº (a) Oliveira Salazar 16/2/1946 (FCRB – Acervo de Correspondências RC).

A questão da língua e da imprensa (ou mais claramente a representação do Brasil nela) são assuntos centrais nessa carta emitida por Salazar. A presença constante de assuntos relacionados ao Brasil na imprensa parece incomodá-lo. Talvez por essa posição de destaque que o Brasil conquistara, a questão da ortografia uniforme torna-se salutar. Nesse sentido, é significativo que, em outubro de 1945, isto é, poucos meses antes de Salazar remeter sua carta a Couto, Brasil e Portugal haviam assinado um acordo ortográfico que visava padronizar o uso da língua portuguesa, diminuindo assim as suas discrepâncias. Entretanto, apesar da questão ter sido uma das maiores preocupações do Estado Novo

português, no que diz respeito à autonomia linguística proclamada pelo Brasil, mesmo assinado por ambas as partes, o acordo acabou por não se consolidar do lado de cá. Em grande parte, isso se deu porque as mudanças eram maiores para os brasileiros do que para os portugueses e porque, além disso, submeter-se ao novo código não parecia ser a intenção dos escritores de então que haviam conquistado uma liberdade linguística que se mostrava incomodamente revolucionária. Mediante essa postura, pode-se reconhecer como de fundamento político as sucessivas propostas de acordo cultural e linguístico de Portugal para com o Brasil, entre as décadas de 1930 e 1940. O Acordo Cultural Luso-Brasileiro, assinado em 14 de setembro de 1941, no Palácio do Catete, por António Ferro (Diretor do Secretariado da Propaganda Nacional – SPN) e Lourival Fontes (Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP), pretendeu instituir a colaboração mútua entre intelectuais brasileiros e portugueses. Mas essa diplomacia parece ter sido mais uma manobra do Estado Novo português para estreitar laços com um Brasil em evidência cultural.

O que particularmente é preciso destacar na carta remetida de Salazar a Couto é que, a partir de suas críticas, se manifesta um reconhecimento, ainda que a contragosto, de um processo de inversão de predomínio no que diz respeito às referências literárias e culturais no interior dessa comunidade linguística. Daí, talvez, alguns anos depois, os intelectuais estadonovistas terem visto nos escritores brasileiros e na imagem que construíram do Brasil uma forma de recuperar o seu lugar proeminente projetando sua salvação no discurso luso-tropicalista, ainda que não concordassem inteiramente com os discursos culturais oriundos do Brasil moderno.

4 Casa dos Estudantes do Império

As Casas dos Estudantes do Império tiveram suas sedes estabelecidas em Lisboa e Coimbra e foram importantes centros de concentração de universitários, instituições criadas, a princípio, com o fito de unificar a intelectualidade das colônias junto ao pensamento da metrópole. Contraditoriamente, e apesar de cumprir bem o papel de integração, acabaram sendo espaços de reunião e discussão que muito contribuíram para pensar o futuro e a independência dos países africanos de língua portuguesa.

A presença frequente de intelectuais portugueses e brasileiros ajudou a criar vínculos amistosos entre esses intelectuais, que buscavam se amparar em novas formas de pensamento capazes de auxiliá-los na construção de discursos protonacionalistas e no desvencilhamento do pensamento colonialista que comprometia o desenvolvimento autônomo dessas sociedades. É nesse ínterim que se insere o novo pensamento brasileiro de autoafirmação e legitimação da mestiçagem tanto cultural quanto linguística.

Couto, que conviveu com os estudantes africanos da Casa dos Estudantes do Império e os visitou em reuniões literárias e comemorativas, procurou também contribuir para a difusão de suas obras, como o fez com o livro *Mornas*, de Eugénio Tavares, promovendo uma divulgação a um só tempo centrípeta e centrífuga que alimentou um amplo esforço por difundir novas perspectivas literárias. Em artigo sobre o “Destino e poesia de Cabo Verde”, publicado no *Jornal do Brasil* em 26 de janeiro de 1933, Ribeiro Couto destaca o interesse e empenho de José Osório de Oliveira na apresentação da poesia cabo-verdiana entre os portugueses (que ele estende aos brasileiros), citando o caso de Eugénio Tavares:

Os estudiosos da nossa língua quererão, sem dúvida, conhecer as “Mornas” de Eugénio Tavares. Não sei se as livrarias do Rio terão recebido a obra. À gentileza do Osório de Oliveira devo a posse de três exemplares. Um é meu; os dois outros serão de quem ler estas notas e primeiro os pedir... [...]. (FCRB – Acervo de Recortes RC)

Osório não só publica as *Mornas* de E. Tavares em Portugal, como cede três exemplares ao já conhecido embaixador das letras brasileiras. Décadas mais tarde, recebe um cartão-postal do romancista cabo-verdiano claridoso, Manuel Lopes, que expressa a sua gratidão pelo envio de sua última obra:

Prezado amigo S. Ribeiro Couto:

Não quero demorar o agradecimento pela amável oferta do seu livro “Sentimento Lusitano” e pela cortesia do autógrafo. Não li o livro ainda, mas já conhecia o belo ensaio “A mensagem do lusíada Antônio Nobre” e “Destino e poesia em Cabo Verde” que me evoca[m] os saudosos tempos da “Claridade” e que folgo ver reproduzido neste seu último livro. Muito e muito obrigado por mais estes diálogos com o seu generoso espírito que a leitura de “Sentimento Lusitano” me vai proporcionar.

Com um abraço de reconhecida amizade e admiração (FCRB – Acervo de Correspondências RC).

Parece nítido que a sua posição como escritor “novo” certamente facilitou o seu trânsito e abriu portas para a sua participação nesses canais de negociação. Mas foi, sobretudo, a sua posição conciliadora na política que ofereceu a ele as mais efetivas ferramentas para seguir esse caminho, além de sua ascendência cabo-verdiana pelo lado de sua avó também ter contribuído para a aproximação específica, mas não apenas, com os intelectuais do arquipélago.

5 Considerações finais

Por meio do enfoque epistolográfico, é possível perceber pelo tom do diálogo que Ribeiro Couto teceu com outros intelectuais e políticos portugueses e cabo-verdianos a mudança de perspectiva que está subentendida nesse processo de atribuição de novos significados que caracteriza o período modernista, promovendo uma visão da literatura que está essencialmente perpassada pela ênfase nas ações e discursos que visaram divulgar bens culturais e ideias brasileiras, em uma clara relação de oposição aos séculos anteriores que tendiam à valorização da importação como condição de inserção no meio intelectual europeu.

Como afirma Candido (2006, p. 231), esse foi o período no qual gestou-se um crescente interesse pelo estudo de estratos até então desprezados na constituição social brasileira, como o negro, o índio e o pobre de modo geral (trabalhadores rurais e urbanos). A inserção dessas figuras nas obras literárias de 1930, ainda que não se possa falar em uma estética democrática ou em uma democracia artística, deu novos sentidos à literatura e à posição do intelectual frente à sociedade. Pode-se dizer que as mudanças linguísticas presentes nessas obras se processaram, sobretudo, a partir do interesse sociológico de então, cujo resultado direto foi, de um lado, a diferenciação do código linguístico frente a Portugal e, de outro, uma certa identificação expressiva projetada por Cabo Verde.

Em vista do exposto, o diálogo epistolar de Ribeiro Couto constitui um material indispensável para estudos de literatura comparada, dado que a sua história intelectual, marcada por um processo de negociação da inserção da obra brasileira a partir de sua originalidade no contexto internacional revela uma viragem conceitual que é bastante mencionada

ao se tratar do modernismo, mas ainda pouco elucidada em exemplos tangíveis como é o seu caso.

Observa-se que essa falta reflete sobre as pesquisas acadêmicas ligadas ao campo da história literária que parecem não ter acompanhado intimamente o movimento segundo o qual as relações intelectuais brasileiras promoveram essa guinada cultural. Prova disso é a pouca importância que a academia ainda dedica ao estudo das literaturas africanas de língua portuguesa (que tomaram a literatura brasileira como modelo de criação e expressão de suas nacionalidades) em alguns cursos de Letras, que ignoram por completo a história intelectual que promoveu uma nova concepção da imagem do Brasil no âmbito internacional, em uma perspectiva de futuro, e continuam valorizando mais estudos da história literária brasileira do ponto de vista das relações com a Europa, sobretudo com a França, deixando de lado um arsenal documental a respeito do Brasil como modelo cultural e literário.

Referências

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2006.

COUTO, Ribeiro. *Sentimento lusitano*. São Paulo: Livraria Martins, 1961.

FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivo Museu de Literatura Brasileira. Acervo pessoal de Ribeiro Couto (Correspondência e recortes).

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. rev. e amp. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2005.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, José Osório de. *Geografia literária*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

Recebido em: 01 de março de 2018.

Aprovado em: 06 de maio de 2018.